

AS CARTINHAS E CARTAS DE ABC – RECURSOS EDUCACIONAIS DISSEMINADORES DA FÉ CATÓLICA E DO MORALISMO NO ENSINO DAS PRIMEIRAS LETRAS NO BRASIL

THE LETTERS OF ABC – EDUCATIONAL RESOURCES DISSEMINATING THE CATHOLIC FAITH AND MORALISM IN THE TEACHING OF THE FIRST LETTERS IN BRAZIL)

LAS CARTITAS Y CARTAS DE ABC – RECURSOS EDUCACIONALES DISEMINADORES DE LA FE CATÓLICA Y DEL MORALISMO EN LA ENSEÑANZA DE LAS PRIMERAS LETRAS EN BRASIL

Josélia Gomes Neves¹

Resumo: Os estudos da História da Educação brasileira apontam que dois impressos didáticos marcaram o ingresso de determinados setores da população aos processos educacionais formais no Brasil desde o período colonial: as Cartinhas para leitura e, depois, as Cartas de ABC. O artigo em tela, com a intenção de contribuir com a História da Alfabetização, tem o objetivo de disponibilizar novos elementos analíticos por meio da pesquisa documental digital a respeito desses materiais de origem portuguesa, que possivelmente circularam e depois influenciaram a produção de Cartas de ABC em contexto nacional, presentes, inclusive, em canções e memoriais de personalidades brasileiras. O alcance das Cartinhas e principalmente das Cartas de ABC no Brasil evidencia certa eficácia desse modelo formativo (caracterizado pela ênfase na memorização de letras, sílabas e frases), na medida que impulsionou posteriormente o mercado editorial de produção e comercialização de cartilhas de alfabetização até os anos 80, época em que foi problematizado pelos estudos de Emília Ferreiro e Ana Teberosky (1985). Concluímos que tais recursos educacionais operaram como instrumentos de disseminação da fé católica por meio da língua portuguesa e do latim, como estratégia política de expansão dos domínios de Portugal. E, embora apresentem aproximações quanto à forma e conteúdo, há diferentes Cartas de ABC, com autoria declarada ou não, utilizadas em casa ou na escola para o ensino da leitura. Alguns exemplares permanecem atualmente nas prateleiras de papelarias, o que suscita estudos sobre a sua longevidade no âmbito da literatura didática.

Palavras-chave: cartinhas de leituras; cartas de ABC; alfabetização; história da educação.

Abstract: The studies of the History of Brazilian Education indicate that two didactic forms marked the entry of certain sectors of the population to formal educational processes in Brazil since the colonial period: the Letters for reading and, later, the ABC Letters. This article, with the intention of contributing to the History of Literacy, aims to provide new analytical elements through digital documentary research on these materials of Portuguese origin, that possibly circulated and then influenced the production of ABC Letters in national context, including in songs and memories of Brazilian personalities. The reach of the Letters and especially the ABC Letters in Brazil shows a certain effectiveness of this formative model (characterized by the emphasis on memorizing letters, syllables and phrases) to the extent that it subsequently boosted the publishing market for the production and marketing of literacy booklets until the 1980s, when it was problematized by the studies of Emília Ferreiro and Ana Teberosky (1985). We conclude that these educational resources operated as instruments of dissemination of the Catholic faith through the Portuguese language and Latin, as a political strategy of expansion of the domains of Portugal. And although they are similar in form and content, there are different ABC Letters, with or without declared authorship, used at home or at school for teaching reading. Some copies currently remain on the shelves of stationery stores, which raises studies on their longevity in the scope of didactic literature.

Keywords: reading letters; ABC letters; literacy; history of education.

Resumen: Los estudios de la Historia de la Educación brasileña señalan que dos impresos didácticos marcaron el ingreso de determinados sectores de la población a los procesos educativos formales en Brasil desde el período colonial: las Cartas para lectura y, después, las Cartas de ABC. El artículo en pantalla, con la intención de contribuir a la historia de la alfabetización, tiene como objetivo proporcionar nuevos elementos analíticos a través de la investigación documental digital sobre estos materiales de origen portugués, que posiblemente circularon y luego influyeron en la producción de Cartas de ABC en contexto nacional, presentes incluso en canciones y memoriales de personalidades brasileñas. El alcance de las Cartas y principalmente de las Cartas de ABC en Brasil evidencia cierta eficacia de este modelo formativo (caracterizado por el énfasis en la memorización de letras, sílabas y frases), en la medida en que impulsó posteriormente el mercado editorial de producción y comercialización de cartillas de alfabetización hasta los años 80, época en que fue problematizado por los estudios de Emilia Ferreiro e Ana Teberosky (1985). Concluimos que dichos recursos educativos han funcionado como instrumentos de difusión de



la fe católica a través de la lengua portuguesa y del latín, como estrategia política de expansión de los dominios de Portugal. Y, aunque presentan aproximaciones en cuanto a la forma y contenido, hay diferentes cartas de ABC, con autoría declarada o no, utilizadas en casa o en la escuela para la enseñanza de la lectura. Algunos ejemplares permanecen actualmente en las estanterías de papelerías, lo que suscita estudios sobre su longevidad en el ámbito de la literatura didáctica.

Palabras clave: cartillas de lecturas; cartas de ABC; alfabetización; historia de la educación.

Introdução

Este estudo tem a finalidade de contribuir para a História da Educação brasileira no que diz respeito à trajetória da alfabetização, sobretudo no que se refere à produção e à utilização de recursos didáticos. A mobilização surgiu a partir do desejo de ampliar uma reflexão específica a respeito das Cartinhas de leitura e das Cartas de ABC, tendo em vista as finalidades da Linha de Pesquisa Alfabetização & Cultura escrita, coletivo vinculado ao Grupo de Pesquisa em Educação na Amazônia (GPEA) da Universidade Federal de Rondônia – Campus de Ji-Paraná.

Aproximamo-nos do entendimento de que, para uma compreensão mais aprofundada do fator educacional, é necessário olhar para trás, em busca de pistas conectivas, pois: “A História da Educação, possibilitando uma visão global do fenômeno educativo, permite, também, ao educador compreender mais profundamente suas funções [...]” (Stephanou; Bastos, 2005, p. 424). Possivelmente tal perspectiva tem mobilizado um conjunto de estudos significativos (Frade; Maciel, 2006; Mortatti, 2011; Oriani, 2012; Peres, 2012) relativos à literatura didática, com vistas ao fortalecimento da História da Alfabetização.

Inferimos que o desencadeamento dessas investigações possui relação com a visibilidade decorrente dos estudos críticos construtivistas (Ferreiro, 1989; Ferreiro; Teberosky, 1985), desenvolvidos no Brasil nos anos 80, pois concordamos com Telma Weisz (1989), quando afirma que: “[...] Emilia Ferreiro descobriu e descreveu a psicogênese da língua escrita e abriu espaço [...] para um novo tipo de pesquisa em pedagogia” (Ferreiro, 1989, p. 5).

Além desse fator, a expansão de grupos de pesquisas e programas de pós-graduação em educação tem sido relevante para o aprofundamento de compreensões sobre a aquisição da leitura e da escrita em perspectiva historiográfica, uma vez que: “Para quem quiser ter visão tão justa e tão completa quão possível de uma organização pedagógica, prevista, [...] para a criança a partir dos 6 até os 13 anos [...], parece-nos, situar-se, primeiro, num momento da história de nossa sociedade” (Leif, 1977, p. 113).

O recuo histórico, necessário para o entendimento das lógicas pedagógicas que têm atravessado temporalidades e espaços, nos levou até as Cartinhas e a Carta de ABC, esforço que resultou neste estudo, possibilitado pela pesquisa documental, esta que é um recurso metodológico que “[...] vale-se de materiais que não [receberam] ainda um tratamento analítico [...]” (Gil, 2002, p. 45), com fontes disponibilizadas em repositórios digitais, tais como: imagens de capas e sequências de atividades, ilustradas ou não, que evidenciam o entrelaçamento entre as letras e a religião.

Apesar de certa visibilidade, ainda sabemos pouco sobre elas. Em função disso, desenvolvemos o presente estudo para descobrir “[...] marcas da escolarização e [...] pensar distintas interpretações da escola e da educação” (Mignot; Cunha 2006, p.

41). A intenção é que possa ser incorporado a outras contribuições da História da Alfabetização (Boto, 2004; Maciel, 2002; Nunes, 2006; Rosa, 2002; Vieira, 2017), pois essas leituras evidenciaram que existiu um material adotado antes da veiculação e uso das Cartas de ABC, as Cartinhas, objeto de atenção do primeiro tópico de reflexão deste texto e, na sequência, discutiremos as Cartas de ABC, bem como suas diferentes versões, seu uso no espaço doméstico/escolar e presença na atualidade.

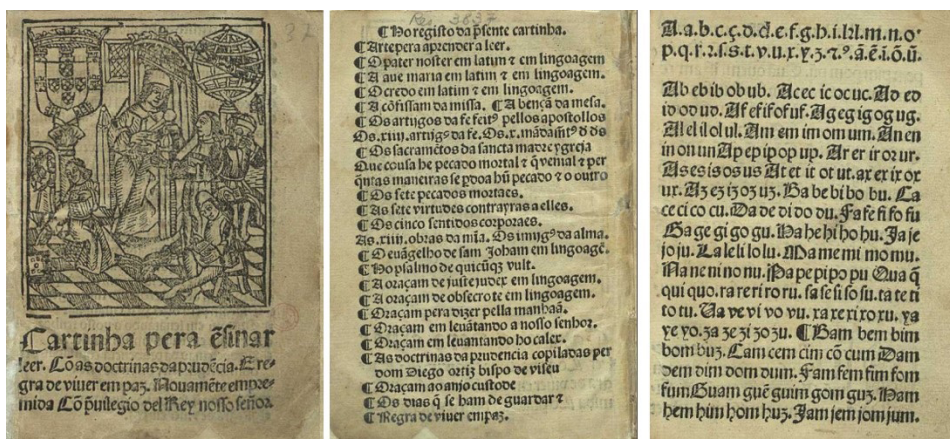
Cartinhas de ABC – proposições iniciais de aprendizagem da leitura no Brasil sob as influências de Portugal

O termo cartinha designava, na primeira metade do século XVI, um tipo de livrinho, impresso aos milhares, que servia ao ensino dos rudimentos da Doutrina e ao ensino das primeiras letras [...]. Ainda no século XVI, o termo cartinha, na acepção acima, parece ter começado a dar lugar a um outro diminutivo de carta, a saber, cartilha (Rosa, 2002, p. 143).

A epígrafe possibilita compreender que as Cartinhas possivelmente antecederam a Carta de ABC e as cartilhas. Inferimos que, por determinado tempo, podem ter coexistido, tendo em vista suas finalidades educativas. Na ocasião, foi possível localizar e reexaminar duas cartinhas de leitura que serviram para a iniciação ao saber formal, conforme já apontado por outros estudos: “Na História do Ensino no Brasil, as Primeiras Cartas, ou as Cartinhas destinadas a alfabetização, foram produzidas em Portugal, e chegou até nós no final do século XVI” (Maciel, 2002, p. 149).

Um dos exemplares mais antigos que conseguimos localizar, graças à democratização dos dados em bibliotecas digitais, foi a “Cartinha para ensinar a ler com as doutrinas da prudência e regra de viver em paz”, cuja produção é atribuída a Germão Galharde, Lisboa, Portugal em 1534 (Galharde, 1534).

Figura 1 – Cartinha para ensinar a ler com as doutrinas da prudência e regra de viver em paz

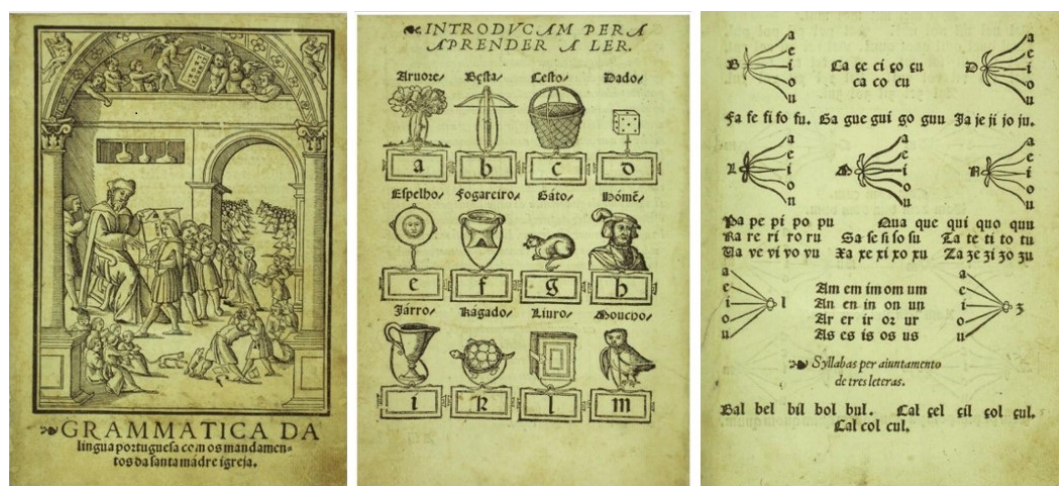


Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal (1534).

Inferimos, portanto, que é possível, sim, que esse material seja do referido autor, tendo em vista as aproximações de suas ilustrações com trabalhos analisados em um outro estudo (Jüsten, 2014). A leitura de seu conteúdo no âmbito pedagógico, religioso e linguístico se aproxima de análises que sustentam que, naquele período, no contexto europeu, havia uma forte efervescência em torno do binômio fé e razão: “Em pleno século XVI, o método escolástico dominava nas universidades e em escolas de paróquias, mosteiros e catedrais de toda a Europa” (Manguel, 2004, p. 61). Além disso, a publicação da Cartinha para ensinar a ler, de Galharde (1534), parece confirmar que os materiais escolares passaram a ter uma maior circulação no período colonial (Stamatto, 1998). Vale ressaltar que as finalidades formativas que naquela época possivelmente só contemplavam as crianças do sexo masculino, serviram aos propósitos da expansão portuguesa, pois: “Dentre as aplicabilidades das Cartinhas de aprender a ler e escrever, além de servir aos meninos portugueses levando-lhes as primeiras lições em língua materna, serviam também aos povos conquistados [...]” (Vicente, 2008, p. 34), ocasião de indissociabilidade entre a concepção religiosa católica e a língua portuguesa.

O segundo exemplar, que tinha o propósito de ensinar a ler e catequizar, foi a Cartinha de João de Barros (Barros, 1539), que compunha a publicação: “Grammatica da língua portuguesa com os mandamentos da santa madre igreja”, de 1539. Esse material, que possui 59 páginas, desde a capa, apresenta contextos de educação formal por meio de imagens, que seguem acompanhando de forma inaugural as letras, como as iniciais de palavras, “dado”, por exemplo, pois: “Apresentar as letras do alfabeto associando-as a um desenho era, até então, um instrumento pedagógico inexplorado” (Araújo, 2008, p. 8). Nascia o que chamamos na atualidade de alfabeto ilustrado.

Figura 2 – Grammatica da língua portuguesa com os mandamentos da santa madre igreja



Fonte: Biblioteca Nacional Digital do Brasil ([2020]).

Ainda em relação ao uso de ilustrações, algumas análises sustentam que as imagens presentes no referido impresso significavam uma estratégia de atribuição de sentidos para as crianças, uma vez que: “Acima de cada letra [...] está [...] uma ilustração em ordem alfabética e acima desta um substantivo grafado com a letra inicial; [...] além de embelezar o alfabeto, facilitaria a memorização e o reconhecimento da letra [...]” (Vieira, 2017, p. 57). Uma conexão entre oralidade, escrita e desenho.

Na sequência, o silabário é apresentado, por meio da exploração de ajuntamento de consoantes/vogais na perspectiva alfabética, seguido de orientações didáticas. Essa parte envolve cerca de 10 páginas explicitadas por meio de textos que tratam de explicações pedagógicas em português e latim, além de aspectos gramaticais da língua vernácula, tema que tem sido discutido por estudiosos da linguagem (Monteiro, 1997; Silva; Jesuíta, 2013).

Posteriormente, há a disponibilização de um conjunto significativo de conteúdo religioso, como a oração do “Pai nosso”, por exemplo, evidenciando entrelaçamentos entre a educação formal e o campo religioso: “Essa ‘Cartinha’ trazia o alfabeto em letras góticas [...], depois vinham as [...] combinações de letras usadas para escrever todas as sílabas das palavras do português. [...]. Por fim, vinham os mandamentos de Deus e da Igreja [...]” (Nunes, 2006, p. 39).

Assim, a Cartinha de João de Barros é um documento didático que, como a “Cartinha para ensinar a ler com as doutrinas da prudência e regra de viver em paz” (Galharde, 1534), atesta a indissociabilidade entre religião e formação, de modo que: “[...] a aprendizagem da leitura na Cartinha, de João de Barros, pode ser lida como um precioso mapa de navegação linguístico e doutrinário [...] para a inserção no mundo da fé e das letras” (Silva; Jesuíta, 2013, p. 80). Assim, reflete as relações entre sociedade e educação.

Ela marca conexões entre o ensino da língua portuguesa e os preceitos da igreja católica (Silva, 2004), além do fato de se constituir como o primeiro material didático destinado ao ensino europeu utilizado pelos jesuítas (Barbosa, 1994), o primeiro impresso com a finalidade de ensinar o português em contexto brasileiro (Soares, 2015), pois: “Como acreditava no poder evangelizador da língua, o gramático publica a obra com os mandamentos da [...] Igreja Católica, a fim de levar, também por meio dos ensinamentos religiosos, os motivos de louvor da língua materna. [...]” (Vicente, 2008, p. 16).

Para outras perspectivas, do ponto de vista pedagógico, a silabação era o método expresso nesse material, propiciado pela memorização (Teixeira, 2020). Em relação à estética, o material se destaca pela cuidadosa produção quanto à “[...] elaboração linguístico-pedagógica [...], além da qualidade gráfica e, por que não dizer, a imaginação didática do erudito quinhentista que foi João de Barros” (Silva, 2004, p. 291), expressa

na apresentação dos preceitos cristãos.

Reafirmamos que as relações sociais estabelecidas entre educação e religião naquele período se presentificam também na Cartinha de João de Barros (Mariguela, 2011). A leitura do contexto social e político possibilita o entendimento que o registro de 1552 era de uso da “[...] Companhia de Jesus, liderada por Inácio de Loyola e colocado em ação para aplicação, estudo e sistematização, nos colégios jesuíticos” (Vieira, 2017, p. 66). Vale ressaltar a diferença de data, pois, de acordo com o exemplar consultado, sua publicação ocorreu em 1539, mas podem ter ocorrido alterações ou ajustes no material, resultando em versões e datas diferentes (Teixeira, 2020).

Cartas de ABC – iniciação às aprendizagens da leitura nos ambientes domésticos e escolares

Carta de Abc

Com uma carta de ABC na mão, com os pés no chão, lá vai João estudar
Cinco aninhos pouco mais talvez, quem sabe seis, não há quem possa afirmar
A blusinha arremendada, bem velhinha amarrotada e calças que nem tem cor
Dizem que a vida é uma comédia, mas a dele é uma tragédia e desconhece o autor
Mas na sua inocência ele é feliz e acha graça em tudo que a gente diz
Sem merenda e sem recreio, sem direito a ter um meio, o João nasceu no fim.
(Carta [...], 1962)

Os versos do cantor e compositor Waldeck Artur Macedo, nascido nos anos de 1920 e conhecido entre os amigos como Gordurinha, um antônimo de sua estrutura física, ilustra a trajetória de muitas crianças das camadas populares que, juntamente com suas famílias, lutavam, à época, pelo direito de estudar. E, nesse contexto, em que a educação básica era algo para poucos no recente Brasil republicano, um material didático amplamente utilizado na alfabetização é mencionado: a Carta de ABC. Significa afirmar que é impossível pensar a aprendizagem da leitura e da escrita em diferentes temporalidades e espaços sem a Carta de ABC.

A Carta de ABC corresponde a um livrinho popular, cujo comprimento é de cerca de um palmo, produzido em um tipo de papel aparentemente reciclado, geralmente comercializado em papelarias ou lojas de variedades, utilizado na mediação da aquisição da leitura. Inicialmente, como detalharemos mais adiante, apresenta o alfabeto em língua portuguesa com letras em versão minúsculas e maiúsculas, com inserção ou não dos numerais de 1 a 0. Assim, “[...] as denominadas cartas de ABC foram um dos artefatos [...] mais comumente usados na alfabetização de crianças e adultos em várias partes do mundo [...] incluindo aí, obviamente, o Brasil” (Peres, 2020, p. 3).

No entanto, são poucos os estudos que tratam exclusivamente da Carta de ABC,

caso do trabalho de Peres (2020). Embora seja mencionada por diversos autores e autoras que discutem os processos de aquisição da língua escrita (Galvão, 2001; Mortatti, 2019; Tambara, 2002; Vieira, 2017), a nosso ver, é necessário aprofundar de forma específica o entendimento a seu respeito. Compreender, por exemplo, as razões de sua adoção, identificar os tempos e espaços por onde circulou, tendo em vista sua longevidade na iniciação da aprendizagem formal.

Não pretendemos dar conta de todas essas inquietações neste texto, por isso, a visão apresentada aqui sobre as Cartas de ABC é de cunho panorâmico e introdutório. Significa dizer que há um espaço amplo para a produção de conhecimento, uma possibilidade de aprofundamento da lógica didática expressa nesses materiais e que pode ser discutido de forma separada, por autoria, com vistas a uma melhor compreensão do fenômeno.

Nessa direção, disponibilizamos uma sistematização que pode resultar em uma contribuição à história da alfabetização, enquanto um campo de saberes que tem analisado “[...] materiais para alfabetização, com destaque para as cartilhas escolares e outros suportes manuscritos e impressos para o ensino inicial da leitura e da escrita” (Peres, 2020, p. 30).

No intuito de conhecer mais sobre esse objeto de uso escolar é que buscamos nos repositórios digitais – Biblioteca Digital Luso-Brasileira, Biblioteca Nacional Digital do Brasil e a Biblioteca Nacional de Portugal – materiais que se aproximassem do formato da Carta de ABC, considerando a sua influência no processo educativo brasileiro, uma vez que já sabemos que: “No início do século XIX, no Brasil, os manuais usados para ensinar a ler e escrever eram importados de Portugal, pois até o ano de 1808, não era permitida a publicação de livros nacionais” (Scheffer; Araújo; Araújo, 2007, p. 2).

O primeiro documento (talvez o mais antigo até o momento) que localizamos, e que apresenta aproximações com a conhecida Carta de ABC em contexto brasileiro, foi a “Nova Escola para aprender a ler, escrever, e contar”, publicada no século XVIII. Produzida por Manoel de Andrade de Figueiredo, em 1722, era composta por 266 páginas e teve autorizada a sua publicação pelo Santo Ofício, conforme foi possível observar em um exemplar digitalizado.

Figura 3 – Nova Escola para aprender a ler, escrever e contar



Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal (1722).

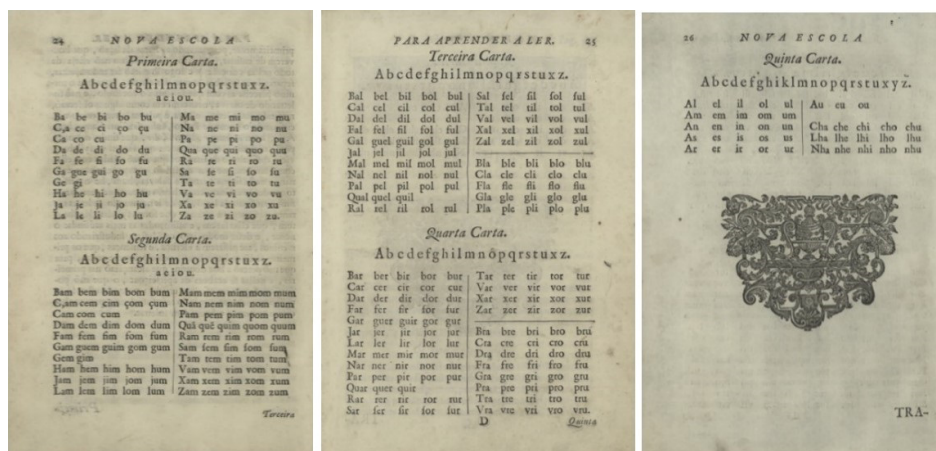
A capa evidencia uma imagem em que anjos, coroa e brasões estão entrelaçados, uma possível referência às relações entre a Igreja Católica e o reinado português. Na página seguinte há o título do livreto, bem como o oferecimento ao rei de Portugal, Dom João V, e, posteriormente, a imagem do autor, que se autointitula: Mestre de Arte, Manoel de Andrade de Figueiredo, aos 48 anos.

Chama a atenção a longa lista de análises e pareceres com vistas à permissão para veiculação do material por parte de diferentes autoridades. Os dados evidenciam que a palavra final para a circulação do referido manual didático era da Coroa Portuguesa e principalmente da Igreja Católica: “O Padre [...] Antonio da Cruz qualificador do Santo Ofício veja o livro, de que faz menção esta petição, e informe com seu parecer. Lisboa Ocidental, 3 de Novembro de 1719. Fr. Lancanfre Guerreiro Carneiro” (Figueiredo, 1722, p. 9).

Esses registros sugerem que o conteúdo religioso expresso nesses primeiros materiais com finalidade escolar constituía muito mais uma imposição da mentalidade da época do que o livre pensamento do autor, já que dependia de autorização para veiculação, contexto que disponibiliza percepções da cultura europeia nessa temporalidade, em que: “A função das letras era registrar a forma válida de se viver em sociedade, que à época, entendia-se como realização da ‘família’ de Deus [...]. Definindo seu caráter, as *letras* eram **religiosas**” (Paiva, 2011, p. 77).

A Primeira Carta contém o alfabeto em 21 letras minúsculas: “a b c d e f g h i l m n o p q r s t u x z”, as vogais: “a e i o u”, seguidas do silabário com inicial maiúscula. A Segunda Carta repete o alfabeto, vogais e introduz sílabas com três letras, sendo a última a letra “m”, como: bam, bem, bim, bom e bum, por exemplo. E a Terceira, Quarta e Quinta Cartas reiteram o registro da apresentação do alfabeto, vogais e as variações nas sílabas de dois ou três caracteres.

Figura 4 – Nova Escola para aprender a ler, escrever e contar



Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal (1722).

Outro elemento observado, referente à estrutura desse material, é a introdução de consoantes que se repetem nas “pontas” das sílabas, o que foi possivelmente pensado para favorecer a memorização, um recurso fundamental amplamente utilizado tanto nas Cartinhas como nas Cartas de ABC. A nosso ver, uma herança oriunda das clássicas práticas do catecismo, contexto em que os fiéis católicos, obrigatoriamente, tinham que decorar várias rezas com diferentes finalidades, como o “pai nosso”, a “credo”, a “ave-maria”, por exemplo. Vale salientar que o alfabeto apresentado naquele período não continha as letras j e v, conforme podemos observar nas imagens correspondentes. Trata-se de uma marcação interessante para o estudo das modificações ocorridas no âmbito dos diferentes acordos ortográficos.

Inferimos que o autor se preocupou com os suportes de escrita da época, considerando o cuidado com as produções escritas na perspectiva caligráfica, envolvendo treinos sobre os tipos de letras e seus traçados. Uma exigência compreensível, tendo em vista o incipiente uso da letra de imprensa e, por sua vez, uma grande utilização da letra cursiva bem delineada, presente na maioria dos escritos pessoais, como diários, bilhetes e cartas, ou profissionais, como inventários, registros contábeis, dentre outros.

Destacamos também as sentenças de caráter moralizante que acompanharam as Cartas de ABC em diferentes versões presentes também no material de Figueiredo (1722, p. 45): “As riquezas que nos hão de acompanhar a vida da alma são as virtudes da vida”. A esse respeito, o escritor Graciliano Ramos, ao narrar seu processo de alfabetização, rememorou sua percepção infantil diante dos textos proverbiais e as perplexidades geradas para compreender os seus significados: “Eu não lia direito, mas, arfando penosamente, conseguia mastigar os conceitos sisudos: [...]. ‘Fala pouco e bem: ter-te-ão por alguém’. Esse Terteão para mim era um homem, e não pude saber que fazia ele na página final da carta” (Ramos, 1994, p. 108). A veiculação das chamadas máximas morais (Vieira, 2017), expressas como verdades nesses primeiros materiais

de leitura, eram disseminadas como mecanismos influenciadores de comportamentos: “[...] para o bom cristão, o dever da perfeição era acompanhado da idéia síntese das filosofias morais: fazer o bem e evitar o mal” (Silva, 2009, p. 69).

A “Nova Escola para aprender a ler, escrever, e contar” (Figueiredo, 1722), ainda pouco estudada no Brasil, a nosso ver, influenciou outros recursos didáticos considerando a detalhada inclusão de saberes ortográficos, abecedário, nomes e verbos. Apresentou de forma introdutória o estudo à aritmética e, com isso, antecipou a necessidade de discussão de conteúdos matemáticos para o começo da educação formal, expresso no livreto conhecido como “Taboada” ou “Tabuada”.

O 2º material que localizamos foi o livreto digitalizado, com o título: “Para o uso das escolas de N. Senhora das Necessidades” (Para [...], 1738), produzido em Lisboa, Portugal, sem autoria informada, no ano de 1738.

Figura 5 – Cartas de ABC para o uso das escolas de N. Senhora das Necessidades



Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal (1738).

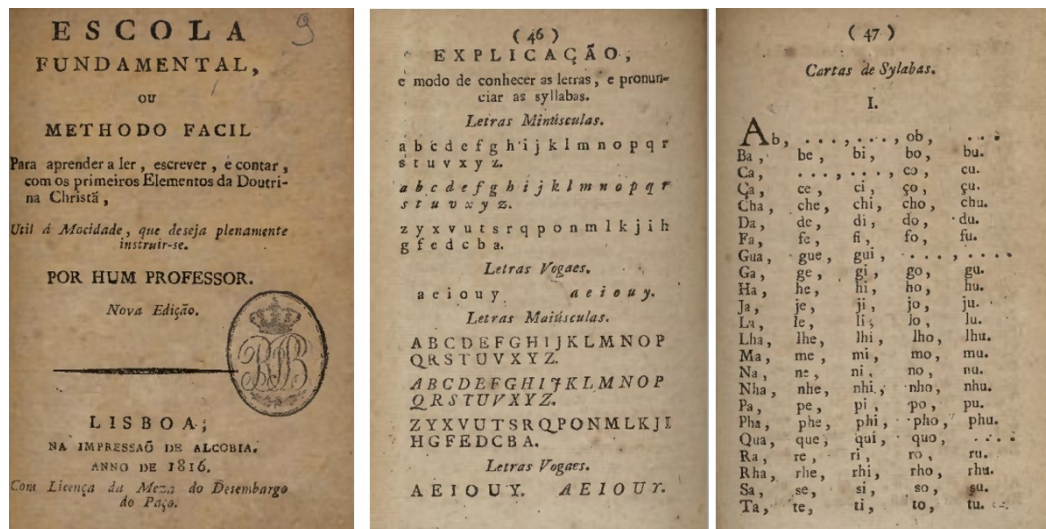
Apresenta um quantitativo de 24 páginas com a capa intitulada “Primeira Carta das Letras” e com atividades de 4 páginas, que evidenciam a indicação do alfabeto com 25 letras minúsculas, acompanhado da classificação entre as consoantes e as vogais. A “Segunda Carta das Syllabas” tem 10 páginas organizadas em ordem alfabética, composta por um silabário, em maioria, grafado com duas letras.

Já a “Terceira Carta das palavras, ou nomes” possui 9 páginas, em que explora palavras dissílabas, trissílabas e polissílabas. O exercício dessa descrição permite observar as diversas aproximações da estrutura desse material com a Carta de ABC veiculada no Brasil, como a apresentação do alfabeto, sua classificação em consoantes e vogais, seguida da lista de sílabas e nomes. Não foi possível localizar nenhum trabalho analítico no campo da alfabetização no Brasil sobre esse recurso didático, percepção que desafia a produção de estudos mais específicos.

O 3º material discutido neste texto é a “Escola Fundamental ou Methodo facil para

aprender a ler, escrever e contar, com os primeiros elementos da doutrina christã, por um professor”. A versão digitalizada possui 186 páginas, com data de publicação de 1816, sem informação de autoria (Escola [...], 1816).

Figura 6 – Escola Fundamental ou Método Fácil para aprender a ler, escrever e contar



Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal (1816).

Apresenta o prólogo e, depois, uma “advertência necessária” para os mestres – espécie de orientação pedagógica, seguida de rezas para serem memorizadas por alunos e professores, tais como: “Instrução cristã” (sinal da cruz), “Oração dominical” (Pai nosso), “Saudação angelical” (Ave-Maria), dentre outros preceitos do catolicismo.

Inicialmente, o autor anônimo apresenta o alfabeto composto pelas seguintes letras minúsculas: a, b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p, q, r, s, t, u, v, x, y, z – 25 ao todo – e, na sequência, aparecem as 6 vogais, também minúsculas: a, e, i, o, u, y, depois repetidas em versão maiúscula. Posteriormente, explicita as “Cartas de syllabas” com notas a respeito das atividades de leitura e escrita, ortografia, uso de letras maiúsculas, além de acentuação e pontuação. Há uma grande semelhança com o atual alfabeto brasileiro, exceto pela ausência da letra “w”.

Outro elemento observado é que a letra “y” é apresentada tanto ao lado das consoantes como ao lado das vogais. A composição desse alfabeto difere daquele apresentado na “Nova Escola para aprender a ler, escrever, e contar” (Figueiredo, 1722), que só dispunha de 21 letras, bem como das vogais, que correspondiam a 5 letras. Como já mencionado anteriormente, inferimos que esses alfabetos apresentam tais diferenças quanto ao número de letras, possivelmente, em decorrência das alterações pactuadas em acordos ortográficos. Esse material, que, de algum modo, foi citado por trabalhos de estudiosos (as) do tema (Peres, 2023; Ripe; Alves, 2021; Tambara, 2002), como em outras situações, passou por avaliação prévia, condição que

propiciou a sua publicação.

Os três registros que discutimos neste tópico são amostras que evidenciam que, assim como as Cartinhas, as Cartas de ABC foram utilizadas nos séculos XVIII e XIX como instrumentos para expansão do domínio português. Significa dizer que a experiência colonizadora ocorreu também por meio da educação formal mediada por um material didático específico, veiculado na língua dominante e com as concepções religiosas do grupo hegemônico. E que a utilização desses materiais, ou suas influências, repercutiram significativamente no país, inclusive nos memoriais de personalidades brasileiras.

Cartas de ABC – uso no espaço doméstico e escolar e suas diferentes versões

O uso da Carta de ABC em contexto familiar ocorreu por um determinado período, conforme apontam estudos sobre o tema: “Era comum se aprender a ler com a Carta do ABC em casa, antes do ingresso na escola formal” (Galvão, 2001, p. 85). O que significa que havia um trabalho de antecipação ao ensino da leitura propiciado pelas famílias e, em algumas situações, o conhecido material, que tinha três faixas verticais na capa, era mencionado da seguinte forma: “Em casa [...] o desasnamento era feito com base na Nova Carta de ABC. Essa era a mais utilizada como referência, naquele momento, e tinha a autoria de Landelino Rocha [...]” (Souza, 2008, p. 133). Assim, constituía em uma prática comum observada entre as famílias mais abastadas (Mendonça, 2005), que valorizavam a educação formal.

A esse respeito, a narrativa do escritor Graciliano Ramos evidencia uma pista importante para a História da Educação sobre o ensino realizado em casa, desenvolvido por alguém próximo e que nem sempre tinha preparo para a realização dessa atividade: “Meu pai não tinha vocação para o ensino, mas quis meter-me o alfabeto na cabeça. [...] Cedo revelou impaciência e assustou-me. [...] À tarde pegava um côvado [...]” (Ramos, 1994, p. 96). Desse modo, o contexto educacional doméstico se caracterizava também como um espaço adultocêntrico, marcado pelos castigos corporais, quase como uma estratégia para obrigar as crianças a aprenderem a ler.

No decorrer do estudo, observamos que o ensino de leitura por meio da Carta de ABC ocorria também em escolinhas particulares, pequenas instituições unidocentes, que antecederam os Grupos Escolares. Algumas perspectivas sustentam que houve uma migração dos fazeres pedagógicos dessas unidades para as escolas oficiais: “Generalizou, ainda, no âmbito do Ensino Público, muitas práticas escolares em uso nas escolas particulares e circunscritas a um grupo social restrito – as elites intelectuais, políticas e econômicas” (Souza, 2006, p. 76-77). Em determinados segmentos sociais, em distintas temporalidades e lugares, aprenderam a ler e a escrever em casa, também por meio da “Nova Carta de ABC”, de Landelino Rocha (Araújo, 2020; Galvão, 2001;

Souza, 2008). Uma evidência da apropriação desse recurso por parte das famílias, principalmente aquelas que moravam em zona rural ou regiões urbanas, sem ou com pouco acesso às escolas.

Assim, em determinadas situações, a iniciação à aprendizagem da leitura ocorria em casa, por meio da Carta de ABC, e depois poderia se estender até a escola particular ou oficial, com vistas à sua continuidade. A respeito desse ponto, Humberto de Campos, informa que: “Em janeiro de 1895 minha mãe nos matriculou, a minha irmã e a mim, em uma escola pública. Eu estava no fim da Carta de ABC, e lia, já, sem tropeços, na sua última folha, que ‘o amor de Deus é o princípio da sabedoria’” (Campos, 2009, p. 104). Uma evidência da conexão entre letras e reflexões religiosas em pleno Brasil republicano.

Sua afirmação permite compreender que, além da articulação existente entre os dois espaços, esse período marcou o nascimento da escola primária, o que significa que: “No início da República, [...] ainda em 1907, o tipo comum de escola primária é a de um só professor e uma só classe, agrupando alunos de vários níveis de adiantamento” (Ribeiro, 1993, p. 85), a turma multisseriada.

Nesse sentido, o estudo da Carta de ABC no ambiente escolar (Gurjão, 2009) é descrito em alguns memoriais como uma experiência marcada pela unidocência, o que reitera que a escola pública do início da escolarização surge também em algumas localidades no formato multisseriado: “[...] reunidos em uma mesma sala [...] os alunos que estavam estudando na Carta de ABC, Cartilha ou livros do 1º, 2º, 3º, 4º anos [...], eram atendidos, simultaneamente, pela Professora [...] considerando o grau de dificuldades que cada um apresentava” (Souza, 2008, p. 136).

Outro aspecto importante observado em nosso estudo se refere à diversidade de Cartas de ABC que circularam no Brasil no século XX. Significa dizer que, embora seja citada no singular, esse material possuía diversas versões. Landelino Rocha identificou sua produção como “A Nova Carta de ABC” e foi possivelmente uma estratégia para marcar diferença diante de outros modelos.

Figura 7 – Nova Carta de A-B-C



Fonte: (Educação [...] 2012).

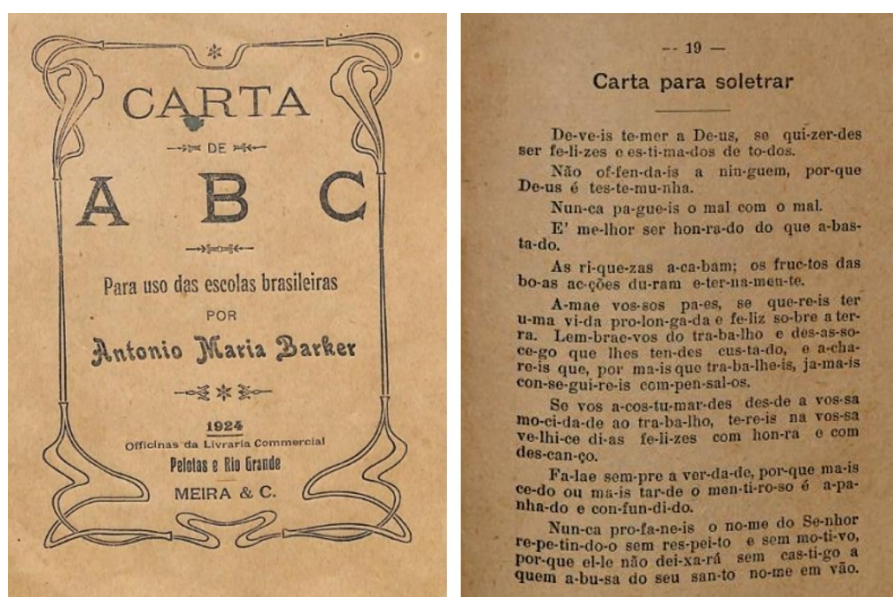
O material ora apresentado possivelmente foi utilizado pelo escritor alagoano, Graciliano Ramos, em seu processo de aquisição da leitura, considerando a descrição presente em seus escritos autobiográficos: “Não recebi novo folheto, daqueles que se vendiam a cem réis e tinham na capa **três faixas e letras quase imperceptíveis**” (Ramos, 2002, p. 110, grifo nosso).

É importante acrescentar que, em alguns trabalhos, o nome desse educador, sistematizador da “Nova Carta do ABC”, é grafado como Laudelino Rocha (Fonseca, 2017; Araújo, 2020; Soares, 2015). No entanto, adotamos a grafia Landelino Rocha, conforme aparece na capa da “Nova Carta do ABC”, bem como nos escritos de Gilberto Freyre (2004), pela qualidade do registro em que situa a atuação do referido professor e autor em uma escolinha particular do estado do Pernambuco.

Infelizmente não foi possível localizar esse material nos repositórios digitais e/ou impressos, o que aponta o tamanho do desafio da pesquisa histórica diante da escassez de uma fonte tão valiosa, que são os documentos. Nos aproximamos do entendimento de que é muito importante ter acesso aos registros pedagógicos que por determinado tempo circularam nos contextos formativos, pois: “[...] é sob a condição de fazer essa volta para o passado que podem ser reencontrados objetivos educacionais e pressupostos pedagógicos, sem cuja percepção toda comparação entre organizações pedagógicas diferentes permaneceria superficial” (Leif, 1977, p. 113).

E, nesse processo de buscas, destacamos a Carta de ABC, de Antonio Maria Barker (Peres, 2020), material utilizado na iniciação escolar da região sul, em 1924.

Figura 8 – Carta de A B C de Antonio Maria Barker



Fonte: Peres (2020).

O material sugere aproximações com outros livretos semelhantes, já discutidos neste texto, ou seja, sintetiza que no início da República Velha, talvez pela proximidade com o período imperial, evidenciava influências e resquícios de antigos modelos escolares: “[...] as escolas isoladas e multisseriadas, e a educação familiar e doméstica, mantiveram-se como presença incômoda, mas funcional e majoritária, em várias localidades do país” (Schueler; Magaldi, 2009, p. 45-46).

O estudo de Peres (2020), a nosso ver, pode impulsionar a elaboração de outras análises sobre as Cartas de ABC em perspectivas específicas, no âmbito das localidades em que foram produzidas e utilizadas. Disponibiliza informações a respeito do nascente mercado editorial, das demandas por escolarização no período republicano e dos resíduos da educação imperial explicitadas nas máximas morais. Significa afirmar que no ingresso no ensino formal nesse período histórico, estudar era quase sinônimo de rezar.

Ainda sobre as Cartas de ABC, nos arriscamos a afirmar que o recurso didático mais conhecido foi o “Método ABC – ensino prático para aprender a ler”. Talvez porque foi um “Material que marcou o contexto educacional, [...] desempenhou os objetivos das concepções que nortearam, por algum tempo, as ações que envolviam o ensino e a aprendizagem da leitura e escrita” (Santos; Ferreira, 2020, p. 264). Estabelece relações com uma temporalidade que contemplou um significativo segmento populacional no ingresso da cultura escrita.

Figura 9 – “Método ABC – ensino prático para aprender a ler”



Fonte: Morais (2023).

O exemplar digitalizado a que tivemos acesso, sem dados de autoria ou publicação, possui 10 páginas, incluindo capa e contracapa. De acordo com os dados desse material, o impresso foi confeccionado a partir de papel jornal, produzido pela Editora Caderbrás. E, como as antigas Cartinhas portuguesas, inicia as lições com o alfabeto. Nessa versão,

apresenta um conjunto de 23 letras maiúsculas/minúsculas, a classificação vogais/consoantes, sem as letras k, w e y, que só em 2009 foram incorporadas ao alfabeto oficial, conforme o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Após a apresentação do alfabeto, vogais e consoantes, a Carta de ABC expressa no “Método ABC – ensino prático para aprender a ler” disponibiliza uma sequência de estudos organizada por meio de 9 cartas. A sistematização apresentada pressupõe que, após o conhecimento das letras, bem como dos numerais de 1 a 9, os passos seguintes envolvem a memorização de vogais, seguidas de silabário de termos monossílabos e dissílabos, ou seja, com duas ou três letras em diferentes combinações.

A nosso ver, esse formato de ensino para aprendizagem apenas da leitura ou decifração (sim, porque não há espaço para cópia ou escrita no impresso) buscava representar os diferentes sons da fala, mas com várias combinações distantes das palavras veiculadas no dia a dia, visão compartilhada por outros estudos: “[...] o Método ABC – ensino prático para aprender a ler. Destinado tanto às crianças, quanto aos adultos ‘analfabetos’, era um material de leitura, como o próprio nome esclarece, em que os alunos eram levados a decorar o alfabeto [...]” (Santos; Ferreira, 2020, p. 267), em uma rotina pré-estabelecida.

As imagens correspondentes à figura 10 evidenciam que as Cartas de ABC continuam sendo comercializadas, uma vez que esses impressos foram adquiridos por meio da internet, em pleno século XXI, e assim como outros materiais, como: “[...] o livreto *Método ABC: Ensino prático para aprender a ler* [...] ainda pode ser encontrado em papelarias do interior do Brasil” (Carvalho, 2012, p. 22).

Figura 10 – Cartas de ABC na atualidade.



Fonte: Marschalek ([2023]).

As aproximações com as clássicas Cartas de ABC se manifestam no tamanho do livreto, bem como no formato didático, que envolve a apresentação do alfabeto,

classificação em vogais/consoantes e posterior ajuntamento de letras que resultam em múltiplas variações silábicas. Além disso, há o incentivo de propiciar a alfabetização em contexto familiar e a manutenção ou não do conteúdo religioso, em espaços físicos e virtuais.

A diferença observada é a ênfase na cópia, bem como a inserção de atividades do “período preparatório”, caso da coordenação motora fina, por meio dos traçados de letras. Um registro que incorpora, portanto, o binômio ler e escrever ou decifrar e copiar, contexto que suprime o termo leitura para a inserção da palavra alfabetização. Assim, se antes as Cartas de ABC influenciaram a estrutura das cartilhas, ao que tudo indica, as cartilhas, em um processo dinâmico, influenciaram as atuais Cartas de ABC.

Além disso, independente do material ser adotado ou não no ambiente escolar, a lógica cartilhesca, expressa na sequência: alfabeto, vogais, consoantes, sílabas e frases, segue repercutindo nas práticas pedagógicas: “[...] algo que poderia ser visto como inovador, que é a busca de atividades na internet, se mostra uma velha prática travestida de nova, pois muitas atividades encontradas na internet são meras reproduções de atividades encontradas nas cartilhas” (Teles, 2021, p. 83).

Desse modo, as Cartinhas e, de forma mais expressiva, as Cartas de ABC, produzidas em diferentes versões (apesar dos elementos comuns), ocuparam espaços domésticos e oficiais em temporalidades diversas no âmbito da iniciação ao saber formal. No entanto, têm sido pouco visibilizadas na pauta investigativa da História da Educação, talvez por fazerem parte daqueles registros insignificantes, que caracterizam certas “escritas ordinárias” (Mignot; Cunha, 2006, p. 56), que pelo potencial que representam, podem elucidar aspectos ainda desconhecidos da memória escolar.

Considerações finais

A História da Educação no Brasil desafia os estudiosos e estudiosas do tema a pensarem as alterações, as transições e as coexistências de possibilidades pedagógicas nos processos formativos. Tais premissas mobilizaram o estudo em tela, cujo objetivo foi analisar alguns exemplares das Cartinhas para leitura e, principalmente, das Cartas de ABC, que atravessaram épocas – do período colonial até a atualidade. E, nessa linha, disponibilizar novos elementos interpretativos sobre a aquisição da leitura por meio da pesquisa documental digital com vistas à ampliação da História da Alfabetização.

Sabemos que as Cartinhas circularam no Brasil, sobretudo no período colonial. Avaliamos que o desafio que se coloca agora, para a pesquisa em História da Educação e, especialmente, para a História da Alfabetização, é descobrir os locais, tempos e segmentos populacionais que fizeram uso desses materiais de autoria portuguesa. Constituem, nesse sentido, marcações embrionárias das Cartas de ABC,

das cartilhas e, tomadas as devidas proporções, do atual livro didático, além do fato de que representam o nascimento das impressões com vistas à disseminação de certa concepção de conhecimento para um público que foi ficando cada vez mais amplo.

No decorrer do estudo, foi possível observar que esses impressos didáticos, que circularam e depois influenciaram a produção de Cartas de ABC em contexto nacional, marcaram a entrada de determinados setores da população aos processos educacionais formais no Brasil.

O estudo desenvolvido permite afirmar que esses recursos educacionais – as Cartinhas de leitura e as Cartas de ABC – foram utilizadas no período colonial e, depois, em parte do Brasil república, como instrumentos de disseminação da fé católica por meio da língua portuguesa e latina, através das verdades expressas por máximas morais. Nesse sentido, os impressos operavam como importantes dispositivos políticos a serviço da expansão portuguesa.

Inferimos que a utilização das Cartinhas e, sobretudo, das Cartas de ABC no Brasil, esta última pela extensa temporalidade observada, pode sugerir certa eficácia desse modelo formativo, caracterizado pela ênfase na repetição/memorização de letras, sílabas e frases – que, por determinado tempo, correspondeu às finalidades formativas da iniciação à leitura.

A produção e circulação das Cartas de ABC em pleno século XXI, mesmo que em uma quantidade menor, opera como um dispositivo tensionador das práticas pedagógicas enquanto explicita sua coexistência com outras proposições críticas na sala de aula, explicitando a resiliência da pedagogia tradicional. A permanência deste livreto nas papelarias sugere que continua sendo utilizado, situação que demanda estudos a respeito de sua antiguidade na literatura didática.

Referências

ARAUJO, Gabriel Antunes. Apresentação. In: BARROS, João de. *Cartinha com os preceitos e mandamentos da Santa Madre Igreja*: 1539 ou gramática da língua portuguesa. São Paulo: Humanitas: Paulistana, 2008. p. 7-18.

ARAÚJO, Ivonete Sampaio Rosa de. *Conselho de classe*: as significações de professores e estudantes acerca da presença e da participação discente: um estudo na perspectiva da sócio-hitórica. 2020. 87 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020.

BARBOSA, José Juvêncio. *Alfabetização e leitura*. São Paulo: Cortez, 1994.

BARROS, João de. *Grammatica da língua portuguesa com os mandamentos da santa madre igreja*. Lisboa: [s. n], 1539. Disponível em: <https://objdigital.bn.br/objdigital2/>

acervo_digital/div_obrasraras/or814512/or814512.pdf. Acesso em: 5 out. 2020.

BOTO, Carlota. Aprender a ler entre cartilhas: civilidade, civilização e civismo pelas lentes do livro didático. *Revista Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 493-511, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/jxhVX3NN5mKdMBCCnfzgN6n/>. Acesso em: 10 ago. 2023.

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL. *Cartinha para ensinar a ler: com as doutrinas da prudência e regra de viver em paz*. Lisboa: Novamente, 1534. Disponível em: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/3892?locale-attribute=en>. Acesso em: 6 abr. 2023.

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL. *Nova escola para aprender a ler, escrever, e contar*. Lisboa Ocidental: na Officina de Bernardo da Costa de Carvalho, Impressor do Sereníssimo Senhor Infante, 1722. Disponível em: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/5700>. Acesso em: 6 abr. 2023.

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL. *Para o uso das escolas de N. Senhora das Necessidades*. Lisboa: Officina Typografica, 1738. Disponível em: https://bndigital.bnportugal.gov.pt/viewer/79611/download?file=l-644-3-p_0000.pdf&type=pdf&navigator=1_ Acesso em: 25 jul. 2023.

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL. *Escola Fundamental ou methodo facil para aprender a ler, escrever e contar, com os primeiros elementos da doutrina christã, por um professor*. Lisboa: [s. n.], 1816. Disponível em: https://purl.pt/35635/service/media/pdf_ Acesso em: 17 maio 2023.

BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL DO BRASIL. *Grammatica da língua portuguesa com os mandamentos da santa madre igreja*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, [2020]. Disponível em: https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or814512/or814512.pdf. Acesso em: 5 out. 2020.

CAMPOS, Humberto de. *Memórias e memórias inacabadas*. São Luís: Instituto Geia, 2009.

CARTA de ABC. Intérprete: Gordurinha. *In*: RCA Victor 80-2456. Intérprete: Gordurinha. São Paulo: RCA Victor, 1962. Disponível em: <https://discografiabrasileira.com.br/composicao/148435/carta-de-abc>. Acesso em: 12 maio 2023.

CARVALHO, Marlene. *Alfabetizar e letrar: um diálogo entre a teoria e a prática*. Petrópolis: Vozes, 2012.

ESCOLA Fundamental ou methodo facil para aprender a ler, escrever e contar, com os primeiros elementos da doutrina christã, por um professor. Lisboa: [s. n.], 1816. Disponível em: https://purl.pt/35635/service/media/pdf_ Acesso em: 17 maio 2023.

FERREIRO, Emília. *Reflexões sobre a alfabetização*. 14. ed. São Paulo: Cortez/Editores Associados, 1989.

FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. *Psicogênese da língua escrita*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

FIGUEIREDO, Manoel de Andrade de. *Nova escola para aprender a ler, escrever, e contar*. Lisboa Occidental: Officina de Bernardo da Costa de Carvalho, 1722. Disponível em: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/5700>. Acesso em: 6 abr. 2023.

FONSECA, Marcos Neves. *A multimodalidade literária e o fortalecimento da identidade em turmas de EJA*. 2017. 122 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras) - Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2017.

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva; MACIEL, Francisca Izabel Pereira. A história da alfabetização: contribuições para o estudo das fontes. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 29., 2006, Caxambu-MG. *Anais [...]*. Caxambu: Anped, 2006. p. 1-16.

FREYRE, Gilberto. *Ordem e progresso*. 6. ed. São Paulo: Global, 2004.

GALHARDE, Germão. *Cartinha para ensinar a ler: com as doutrinas da prudência e regra de viver em paz*. Lisboa: Novamente, 1534. Disponível em: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/3892?locale-attribute=en>. Acesso em: 6 abr. 2023.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Processos de inserção de analfabetos e semi-alfabetizados no mundo da cultura escrita (1930-1950). *Revista Brasileira de Educação*. n. 16, p. 81-94, jan./abr. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/fcmYtgWDRwvpZD5sm6bWVLF/>. Acesso em: 4 ago. 2021.

GURJÃO, Mônica Vieira de Sousa. *Memórias, práticas e discursos sobre a leitura*. 2009. 110 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

JÜSTEN, Helga. Algumas achegas sobre o material tipográfico da oficina de Germão Galharde e de sua viúva (1519-1565). *Fragmenta Historica: Revista de Centro de Estudos históricos da Universidade Nova de Lisboa*, 2014. Disponível em: <https://run.unl.pt/handle/10362/97252> Acesso em: 4 mai. 2020.

LEIF, Josef. A escola elementar. In: DEBESSE, Maurice; MIALARET, Gaston. *Tratado das ciências pedagógicas*. São Paulo: Nacional: Universidade de São Paulo, 1977. p. 113-140.

MACIEL, Francisca Isabel Pereira. As cartilhas e a história da alfabetização no Brasil: alguns apontamentos. *História da Educação*, Pelotas, v. 11, n. 2, p. 147-168, abr. 2002.

Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/30604>. Acesso em: 12 jul. 2021.

MANGUEL, Alberto. *Uma história da leitura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

MARIGUELA, Adriana Duarte Bonini. A Cartinha de João de Barros como um exercício de tradução. *Tradução & Comunicação* - Revista Brasileira de Tradutores, n. 23, p. 149-169, 2011. Disponível em: <https://silo.tips/download/a-cartinha-de-joao-de-barros-como-um-exercicio-de-traduao>. Acesso em: 4 ago. 2021.

MARSCHALEK, Ruth. *Aprenda em casa* - aprendendo o ABC. Londrina: Art Nova, [2023]. Disponível em: <https://www.papelariaartnova.com.br/livraria/livro-para-colorir/livro-infantil-4-a-6-anos-aprendendo-o-abc-todolivro/> Acesso em: 20 maio 2023.

MENDONÇA, Ana Waleska Pollo Campos; VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. A gênese do conceito de educação pública. In: RAMOS, Lilian M. P. C. (org.). *Igreja, estado e educação no Brasil*. Rio de Janeiro: Papel Virtual Editora, 2005. p. 9-29.

MORAIS, Pedro Henrique. Método ABC ensino prático para aprender a ler. *Docero Brasil*, [S. l.], 2023. Disponível em: <https://doceru.com/doc/ne505sc> Acesso em: 23 maio 2023.

MIGNOT, Ana Chrystina Venancio; CUNHA, Maria Teresa Santos. Razões para guardar: a escrita ordinária em e arquivos de professores/as. *Revista Educação em Questão*, Natal, v. 25, n. 11, p. 40–61, 2006.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo (org.). *Alfabetização no Brasil: uma história de sua história*. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2011.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. Cartilha de alfabetização e cultura escolar: um pacto secular. In: MORTATTI, Maria do Rosário. *Métodos de alfabetização no Brasil: uma história concisa*. São Paulo: Editora UNESP, 2019. p. 75-91.

MONTEIRO, José Lemos. As idéias gramaticais de João de Barros. *Revista de Letras*, Fortaleza, v. 19, n.1/2, p. 25-31, jan./dez. 1997. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/revletras/article/view/2088/1567>. Acesso em: 4 ago. 2021.

EDUCAÇÃO primária nos anos de 1950. Blog Meus Tempos de Escola, [s.l.], 2 nov. 2012. Disponível em: <https://meustemposdeescola.blogspot.com/2012/11/os-historiadores-varias-fontes-de.html>. Acesso em: 17 maio 2023.

NUNES, Gisele da Paz. *O aproveitamento da ordem de aquisição das sílabas nas cartilhas adotadas no município de Catalão-GO*. 2006. 189 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2006.

ORIANI, Angélica Pall. Considerações sobre a história da alfabetização no Brasil: a

produção acadêmico-científica e a constituição do campo de pesquisas. *ETD – Educação Temática Digital*, Campinas, v. 14 n. 2 p. 94-112 jul./dez. 2012. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1676-25922012000200007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 4 jan. 2020.

PAIVA, José Maria de. Igreja e educação no Brasil Colonial. In: STEPHANOU, Maria.; BASTOS, Maria Helena Camara. (org.). *Histórias e memórias da educação no Brasil: Séculos XVI-XVIII*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. v. 1, p. 77-92.

PARA o uso das escolas de N. Senhora das Necessidades”. Lisboa: Officina Typografica, 1738. Disponível em: https://bndigital.bnportugal.gov.pt/viewer/79611/download?file=l-644-3-p_0000.pdf&type=pdf&navigator=1. Acesso em: 25 jul. 2023.

PERES, Eliane. Carta de ABC, de Antonio Maria Barker (Livraria Commercial, Pelotas, 1924). *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, v. 20, p. 1-20, 2020. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8655650>. Acesso em: 3 set. 2019.

PERES, Eliane. A circulação de abecedários e alfabetos ilustrados no Brasil no século XIX. *Revista Brasileira de Alfabetização*, São Paulo, n. 19, p. 1-17, 2023. Disponível em: <https://revistaabalf.com.br/index.html/index.php/rabalf/article/view/678>. Acesso em: 20 set. 2019.

PERES, Eliane. Um estudo da história da alfabetização através de cadernos escolares (1943-2010). *Cadernos de História da Educação*, v. 11, n. 1, p. 93-106, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/17532> Acesso em: 4 jun. 2018.

RAMOS, Graciliano. *Infância*. 29. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 1994.

RAMOS, Graciliano. *Linhas tortas*: obra póstuma. 18. ed. São Paulo: Record, 2002.

RIPE, Fernando; ALVES, Antônio Maurício Medeiros. Análise dos elementos paratextuais do manual de aritmética Taboada Curiosa (Portugal, século XVIII). *Zetetiké*, Campinas, v. 29, p. 1-18, 2021. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/zetetiké/article/view/8661083>. Acesso em: 3 set. 2019.

ROSA, Maria Carlota. Uma arte para aprender a ler quinhentista. In: MASSINI-CAGLIARI, GLADIS et al. *Descrição do Português*: lingüística histórica e historiografia lingüística. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2002. p. 141-157.

RIBEIRO, Maria Luísa Santos. *História da educação brasileira*: a organização escolar. 13. ed. Campinas: Editora Autores Associados, 1993.

SANTOS, Priscila Angelina Silva da Costa; FERREIRA, Andréa Tereza Brito. O livro de alfabetização de jovens e adultos – ontem e hoje: o que pensam os alunos? In:

SILVA, Magna do Carmo; CABRAL Ana Catarina dos Santos Pereira (org.). *Práticas de alfabetização: processos de ensino e aprendizagem*. Recife: Ed. UFPE, 2020. p. 261-274.

SILVA, Michelle Tatiane Souza e. *Práticas de leitura e ensinamentos morais na corte de Avis*. 2009. 104 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2009.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. A língua e a fé: origens da escolarização em Língua Portuguesa no império Luso. *Revista Filologia e Linguística Portuguesa*, São Paulo, n. 6, p. 281-295, 2004. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/flp/article/view/131312>. Acesso em: 30 out. 2017.

SOARES, Alvina Maciel. *Recursos didáticos na educação de jovens e adultos*. 2015. 59 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Pedagogia) - Universidade Federal Fluminense, Angra dos Reis, 2015.

SOUZA, José Nicolau de. Que educação escolar no meio rural do Rio Grande do Norte (1940-1980)? *Revista Educação em Questão*, Natal, v. 31, n. 17, p. 129-160, jan./abr. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/3908>. Acesso em: 1 set. 2019.

SOUZA, Rosa Fátima de. Espaço da educação e da civilização: origens dos grupos escolares no Brasil. In: SAVIANI, Demerval; SOUZA, Rosa Fatima de; VALDEMARIM, Vera Teresa (org.). *O legado educacional do século XIX*. São Paulo: Autores Associados, 2006. p. 35-84.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 26, p. 32-55, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/KSZxRDV8gHqmvWNmnr8bNnf/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 25 dez. 2021

SCHEFFER, Ana Maria Moraes; ARAÚJO, Rita de Cássia Barros de Freitas; ARAÚJO, Viviam Carvalho de. Cartilhas: das cartas ao livro de alfabetização. In: CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL - COLE, 16., 2007, Campinas. *Anais [...]*. Campinas: Unicamp, 2007. p. 1-10.

STAMATTO, Maria Inês Sucupira. Os manuais escolares, o método de alfabetização e de ensino no Brasil (1822 – 1889). In: FERNANDES, Rogério e ADÃO, Áurea, (org.). *Leitura e escrita em Portugal e no Brasil (1500-1970)*: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação. Porto: [s. n.], 1998. p. 41-47.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. História, memória e história da educação. In: BASTOS, Maria Helena Câmara; STEPHANOU (org.). *Histórias e memórias*

da educação no Brasil: Século XX. Petrópolis: Vozes, 2005. v. 3, p. 416 – 429.

TAMBARA, Elomar. Trajetória e natureza do livro nas escolas de ensino primário no século XIX no Brasil. *História da Educação*, Pelotas, v. 6, n. 1, p. 25-52, abr. 2002. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/30597>. Acesso em: 10 set. 2019.

TEIXEIRA, Viviane Lourenço. A Cartinha com os preceitos e mandamentos da Santa Madre Igreja, de João de Barros (1539), sob a ótica da historiografia linguística. *Revista Philologus*, Rio de Janeiro, Ano 26, n. 78, p. 84-96, set./dez.2020. Suplemento. Disponível em: <https://www.revistaphilologus.org.br/index.php/rph/article/view/410>. Acesso em: 3 set. 2019.

TELES, Albertisa da Silva. *História da alfabetização no Brasil e seus reflexos na alfabetização contemporânea*. 2021. 91 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia e Educação) - Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, Brasília, 2021.

VICENTE, Carolina Pereira. *Dois diálogos no Renascimento Português: João de Barros e Gândavo*. 2008. 96 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

VIEIRA, Zeneide Paiva Pereira. *Cartilhas de alfabetização no Brasil: um estudo sobre trajetória e memória de ensino e aprendizagem da língua escrita*. 2017. 197 f. Tese (Doutorado em Memória: Linguagem e Sociedade) - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2017.

WEISZ, Telma. Prefácio. In: FERREIRO, Emília. *Reflexões sobre a alfabetização*. 14. ed. São Paulo: Cortez/Editores Associados, 1989.

Notas

¹Professora da disciplina Língua e Literatura do Departamento de Educação Intercultural (DEINTER) e docente do Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática (PPGEM) da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) - Campus de Ji-Paraná. Doutora em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista (UNESP).

